



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 87ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 15 de dezembro de 2014, com início às nove horas e quarenta e um minutos sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Luiz Frare, Marcio Pacheco, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Rui Capelão, Romulo Quintino, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o senhor Presidente deu por aberta a sessão e após a execução do hino do município de Cascavel e da leitura de um trecho da Bíblia feita pelo vereador Celso Dal Molin, solicitou ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Ofício do gabinete do vereador Robertinho Magalhães, informando ausência nesta sessão. Projeto de lei nº 151/2014. Projeto de lei nº 152/2014. Projeto de lei nº 153/2014. Projeto de lei nº 154/2014. Projeto de lei nº 155/2014. Projeto de resolução 16/2014. Projeto de lei complementar nº 9/2014. Parecer nº 679 favorável da comissão de justiça e redação ao Projeto de lei nº 144/2014. Parecer nº 680 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 145/2014. Parecer nº 681 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 147/201. Parecer nº 682 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 148/2014. Parecer nº 683 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de resolução nº 15/2014. Parecer nº 684 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei complementar nº 7/2014. Parecer favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei complementar 07/2014. Parecer favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 145/2014. Ofício nº 022/2014 do Programa Câmara Jovem, informando que foram protocoladas 3 (três) indicações aprovadas pela Câmara Jovem. Ofício SEAJUR/ATL nº 215/2014 em resposta ao requerimento nº 288/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 216/2014, em requerimento nº 292/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 217/2014, em resposta ao requerimento nº 306/2014. Inscritos para o grande expediente os vereadores: Nei H. Haveroth, Pedro Martendal e João Paulo. – Presidente: Finalizada assim a leitura da matéria de expediente eu deixo a palavra livre aos senhores vereadores para inclusão ou destaque para a ordem do dia. – Vereador Celso Dal Molin: Peço a palavra. – Presidente: Pois não vereador. – Vereador Celso Dal Molin: Posso falar de um projeto agora? – Presidente: Qual projeto vereador? – Vereador Celso Dal Molin: Projeto de lei nº 7. Tem que seguir uma ordem ou posso falar do 7 agora? Projeto de lei nº 7 é o segundo? – Presidente: Será votado na sequência da ordem do dia que está na pauta, vereador **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**. Não houve solicitação. **ORDEM DO DIA** Presidente: Damos início à ordem do dia. Temos a ata da 85ª sessão ordinária realizada no dia 08/12/2014; em discussão. Em votação a referida ata, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovada a ata



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

da 85ª sessão ordinária realizada no dia 08/12/2014. Projeto de lei nº 129/2014 de autoria do poder executivo municipal que estabelece valores venais dos imóveis urbanos que servirão de base para o imposto predial e territorial urbano – IPTU e demais tributos imobiliários e dá outras providências. Em discussão. (- Peço a palavra) Com a palavra vereador João Paulo. – Vereador João Paulo: Senhor presidente, senhores vereadores, comunidade que nos acompanha, imprensa que nos cobre nesta sessão e também saudar as pessoas que nos acompanham pela rádio Câmara e tv Câmara. Dizer que sobre esse projeto de lei 129/2014 que veio pra essa Casa pra nós deliberarmos na data do dia de hoje e também, quinta-feira sobre o IPTU do município de Cascavel, acho que realmente é importante uma análise como já está sendo feito nesta Casa e hoje votado, dizer que hoje votarei favorável, mas colocarei emendas neste projeto de lei porque afinal de contas como eu disse na última sessão são quase 35% a pedido do executivo e mais 6% e alguma coisa no sentido do reajuste anual. Dizer que sou favorável, o município tem que manter as suas instituições, executar obras que até agora não estão sendo executadas, mas dizer que esse valor é um absurdo afinal de contas sabemos que desde 2001 está defasado, mas o povo não pode aguentar goela abaixo um aumento neste sentido. Já tivemos o tarifaço do governo estadual e agora vamos ter do governo municipal. Eu voto favorável, mas já digo aos senhores vereadores, que teremos emenda na próxima sessão. Obrigado presidente. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Senhor presidente, senhores vereadores, distinta assistência, logo que apareceu o projeto 129, referente ao IPTU a gente tem se preocupado bastante em fazer uma análise bem criteriosa no caso do nosso IPTU de Cascavel. Pra isso fiz algumas consultas a Guarapuava, Londrina, Maringá, Pato Branco, Foz do Iguaçu, Toledo, Ponta Grossa pra gente ter uma noção da evolução também, de outras localidades. Fiz uma avaliação também do IPTU de 2011, 2012, 2013 e 2014 pra saber como tem se procedido, o município tem procedido durante esses 4 últimos anos. O que encontra-se é que de 2011 pra 2012 houve em média um aumento de 8%. Sabe-se que de 2012 para 2013 em torno de 13% o aumento do IPTU, em alguns casos até um pouco mais baixo, parece que os residenciais subiram menos, no entanto havendo sempre variação em torno de 5,5% até 12%, 8% esses aumentos. De 2013 pra 2014 foi onde se viu um maior aumento do IPTU tanto residencial como comercial, em torno de 17%, então tem havido além da recuperação, tem havido também um aumento da valorização das propriedades. Observei também que, em um lote de fundo de vale, lote baldio, houve em torno de 100% de aumento. Não entendi por ser um lote de fundo de vale que em 2013 teve determinado valor, em 2014 praticamente dobrou esse lote onde se poderá aproveitar apenas 50% desse lote. Em 2012 o IPTU desse lote era de R\$ 239,00 em 2014 esse IPTU foi de R\$ 239,00 pra R\$ 492,00, portanto houve um enorme acréscimo em lote de fundo de vale, onde a família troca por um lote em qualquer parte da cidade, pode ser no Clarito, no Cascavel Velho, onde houver lote pra trocar que não seja fundo de vale, a família quer trocar esse lote independentemente de ser um lote aqui, no centro da cidade. Só pode aproveitar, segundo informações



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

50% desde se lote, até conheço o lote, devia ser 100% por ser uma questão realmente importante junto a um córrego. Nós não estamos vendo que o município tem perdido nesse período de 4 anos a evolução de cobrança de IPTU. Na nossa avaliação entendemos que, se existe esse 35% reclamado pela prefeitura que nós observamos que em Curitiba recentemente foi dado a inflação, a desvalorização monetária do governo lá, 6 e alguma coisa, 7, e dado mais 8% como compensação da evolução do valor do patrimônio, então vai dar em torno de 15% aproximadamente em Curitiba essa evolução. Lógico que dentro dos estudos que temos feito como a maioria dos vereadores ou todos os vereadores, apareceu mais de uma emenda por aí que tenho conhecimento, mas nós temos uma emenda que foi sugestão do vereador Pedro Martendal e que apoiada por alguns vereadores, espero que pela maioria, que se existe esses 35% falado pela prefeitura na desvalorização, nós estamos respeitando esses 35%; mas não achamos que deve ser feito de imediato esses 35%, deve ser parcelado, assim como se paga as contas do IPMC em 30 anos, a dívida que o município tem, nós também temos que pagar com um certo prazo pra podermos pagar nossa dívida atrasada. Isso qualquer instituição financeira toma essa medida. Portanto acho que é o caminho que nós temos hoje, dividir isso em 5 parcelas de 7 pra nós irmos recompondo esses valores durante 5 anos. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Senhor presidente, senhores vereadores, assistência, imprensa. Eu escutava atentamente o pronunciamento do vereador João Paulo e Rui Capelão. O vereador João Paulo falando em ser favorável a votação hoje, porém preocupado com algumas emendas. Imagino que realmente deva estar preocupado com algumas emendas em função que recentemente foi aprovado aqui nesta Casa de Leis algumas emendas do próprio vereador solicitando a inclusão de alguns valores pra beneficiar sua região enfim, o município de Cascavel. Nós realmente imaginamos que pra nós podermos realizar as obras e todos aqui, somos de acordo com melhorias pra o município de Cascavel, nós precisamos ter então, o município tem que ter arrecadação, o prefeito precisa ter verba pra fazer essas aplicações. Eu escutava também atentamente a fala do vereador Rui Capelão, onde ele citava algumas cidades, porém a cidade de Maringá a qual ele se refere arrecada R\$ 217,92 por habitante, enquanto Cascavel, 45ª cidade no estado do Paraná em arrecadação per capita arrecada R\$ 69,18 por habitante. Também ele citava Curitiba, lá arrecada R\$ 212,87 por habitante contra R\$ 69,00 de Cascavel e com o aumento de 35% Cascavel vai passar pra R\$ 112,00 por habitante; citava também Foz do Iguaçu onde arrecada R\$ 111,00, Ponta Grossa R\$ 97,00. Enfim, nós precisamos ver a verdadeira realidade do município de Cascavel que não corrige os valores venais desde 2001, onde teve uma pequena correção de 9% no de 2012 pra 2013. Recentemente, esse vereador que representa a Câmara de Vereadores no Condec que é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, onde lá se reúnem de 30 a 40 empresários todo mês. Pela manhã eles fazem uma análise. Nesta reunião última do ano de 2014, nós estivemos apresentando então o projeto de lei nº 129, onde fala sobre novos valores da planta genérica do município de Cascavel, e todos os



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

empresários ficaram impressionados com a defasagem do IPTU do município de Cascavel. A gente pôde perceber que a maioria dos empresários... a favor dessa majoração dos valores venais dos imóveis do município de Cascavel. Nós percebemos que outros segmentos da sociedade de Cascavel também, estão pensando muito nessa valorização da correção da planta venal dos valores dos imóveis de Cascavel. Lá foram apresentados aqueles imóveis, onde estão sendo vendidos na cidade por R\$ 499.000,00 onde apresenta aí um valor venal de R\$ 100.000,00 no seu carnê do IPTU, sendo vendidos por R\$ 2.300.000,00 e aparece no valor do seu IPTU R\$ 139.000,00 e assim por diante. Nós percebemos realmente que os empresários, as pessoas estão pensando seriamente na correção da planta do valor venal. Aquelas pessoas que menos podem. Nós sabemos que em Cascavel tem em torno de 12.000 famílias que não pagam IPTU em função que ganham até 2 salários mínimos e só tem um imóvel. Então essas são isentas. Aquelas pessoas que mais precisam do poder público estão sendo beneficiadas no município de Cascavel. Votarei favorável a esse projeto, aguardando pra próxima quinta-feira se houver alguma emenda, evidente que nós estaremos analisando friamente essas emendas. O município de Cascavel realmente em plantas de valores está realmente defasada, desde 2001. Seria isso senhor presidente, muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Senhores, até a título de esclarecimento pra evitar desconfortos, a pauta pra quinta-feira será feita ordinariamente hoje a tarde, como sempre é feito como se fosse pra amanhã; como amanhã não há expediente então, quaisquer emendas que queiram ser protocoladas serão protocoladas, que sejam protocoladas hoje até 14:30 como sempre acontece e a partir da conclusão da pauta não serão inseridos mais projetos e nem emendas na pauta, que será na quinta-feira 14:30 horas, conforme os senhores já tem conhecimento. Continua em discussão o projeto. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Bom dia senhor presidente, senhores vereadores, plateia, imprensa, assistência. Nós vivemos num país onde existe, o próprio país a nível nacional faz seus impostos e lança eles. Nós temos o Estado que faz seus impostos e lança eles. Vivemos em um município que não é diferente disso. Quero até parabenizar os deputados estaduais, Adelino, André Bueno, Paranhos e o professor Lemos, quero colocar neste momento pra dar os parabéns ao Gilson de Souza que também, é deputado estadual em Curitiba e pertence à Igreja Quadrangular e que votaram contra os impostos que foram lançados pelo Governo do Estado, por querer discutir um valor melhor e estudar a situação. Então estão de parabéns por terem feito isso, que nós não podemos porque não podemos sobrecarregar a população. O cidadão que paga os impostos é um só. São 3 poderes pra criar impostos e um cidadão só pra pagar. Quero dizer na situação do IPTU de Cascavel estarei votando favorável neste momento, mas também estarei junto com alguns vereadores estudando uma emenda pra chegar num valor que não venha pesar pra população e que, não venha trazer muita carga sobre a população que já está pagando um preço alto nos impostos que vem do Brasil, do Estado e temos que cuidar do município também. Serei favorável, mas estarei junto com alguns vereadores vendo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

uma emenda que seja razoável, pra que possa estar assinando junto e apresentando. (-Um aparte) Ok. – Vereador João Paulo: Só queria contribuir com o nobre vereador Cláudio Gaitero, já nos mostra uma liderança de governo pra o próximo ano. Quero dizer que concordo com o senhor, fiz emendas, mas emendas pra população de Cascavel e se tem ali no orçamento tem que ser realmente remanejado. A questão eu disse e volto a repetir, o aumento do IPTU na tranquilidade, nós temos que votar, mas não no sentido de 35% onde a população no próximo ano não vai saber qual conta paga por primeiro. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Vereador Luiz Frare pediu aqui. Então vereador Luiz Frare está com a palavra. – Vereador Luiz Frare: Senhor presidente, senhores vereadores, plateia, imprensa. De sã consciência acho que não tem ninguém que gosta de pagar impostos. Se tiver alguém que gosta de pagar provavelmente ele não vai concordar com aquilo que está pagando, mas desde que a gente conhece a humanidade o imposto existe. Vou dar um exemplo: em Cascavel nascem em torno de 400 crianças por mês, em torno de 5000 por ano e suponhamos que metade delas daqui um ano esteja precisando de uma creche, isso daria 2500. Em 2009 havia 2000 vagas nos CMEI's e agora final do ano, início do próximo ano em torno de 6000. Portanto, daqui 5 anos vai abrir 1200 vagas porém são 2500 na fila pra entrar. As 2500 na fila significam em torno de 10 a 12 estabelecimentos de ensino que precisam ser construídos, porém a estrutura física não é só pra começar as aulas e a educação infantil. O município tem que colocar professores, monitores, merendeiras, luz, água telefone, enfim, e essa despesa administrativa aumenta muito mais que o valor da correção monetária anual, ou seja, o município de Cascavel não tem como acompanhar o crescimento das necessidades da cidade por isso ao longo dos anos foi corrigida apenas a inflação do período. Quando o Rui Capelão coloca aqui Guarapuava, Londrina, Ponta Grossa, etc e tal ele foi ver quanto eles estão aumentando esse mês. Quando o senhor fizer um estudo desses faça completo. O senhor veja quanto eles estão cobrando lá, Guarapuava, Londrina, Toledo, Maringá, Cascavel, Pato Branco, Braganey e Corbélia eles cobram 1% do IPTU. O município de Cascavel cobra 0,41 sobre uma planta genérica de valores muito defasada. Um terreno no centro da cidade, uma área nobre cuja cor não está no planejamento, é o salmão, ele custa 25.69 UFM por m², ou seja, R\$ 875,00, mas onde? No entorno da Igreja Matriz do centro da cidade e lá na outra ponta a cor branca 0,14 UMF por m² x 400 m por um terreno que eu dei exemplo, vai custar R\$ 1900 x 2% vai dar R\$ 40,00 por ano de IPTU. Um aluno na escola pública municipal custa R\$ 500,00 por mês e o IPTU, a média de IPTU como o vereador Cláudio Gaitero, colocou R\$ 58,00 por ano. Quando o senhor faz esse cálculo, procura estatísticas, seja verdadeiro e complementa. O município de Toledo aumentou em 2010 um percentual, cuja arrecadação é igual a de Cascavel. Toledo tem 139.000 habitantes, 37.000 mil imóveis, Cascavel tem 309 mil habitantes com 110 mil cadastros e nós arrecadamos a mesma coisa. Não é a comparação que você vai fazer porque Londrina, Toledo, Maringá não subiram esse ano, em compensação você esqueceu, Londrina vai estar aprovando um aumento de 95% na planta genérica. O município de São Paulo, o maior do Brasil aumentou em



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

35% a planta e nós estamos aqui com uma proposta de 35, digo um terreno hoje em Cascavel nós temos de 34, de 4 reais por m² e apenas repetindo o que o Cláudio Gaitero colocou, as pessoas que mais precisam não pagam IPTU, estão isentas e são 12000. As pessoas que estão pagando minha Casa Minha Vida, as pessoas que ganham até 2 salários mínimos também, não pagam. Era isso. – Presidente: Vereador Jorge Bocasanta com a palavra. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor presidente, nobres colegas. Quer falar, Rui Capelão? – Vereador Rui Capelão: Obrigado vereador pelo aparte. É interessante esse debate Luiz Frare, nós temos que olhar o poder aquisitivo das pessoas, há poucos dias tinha uma enorme fila pra pagar o Refic fora aqueles que não apareceram. Tem 12.000 que têm um cadastro que não pagam. É culpa daquele que paga? Não é culpa. Muitas vezes são benesses que o município dá pra essas pessoas até politicamente. Tem aqueles que recebem até bonificações na época da campanha então, infelizmente com o poder público acontecem coisas do arco da velha. Agora o meu salário e certamente o seu também, que faz 10 anos ou mais que só está decrescendo, nós estamos perdendo, não estamos recuperando o salário, estamos tendo perda salarial, como vamos suportar uma grande perda salarial pagando um IPTU que começa a subir 35% e eu recebo 4, 5 de aumento. A inadimplência, nós sabemos que vai aumentar se você aumentar os valores. Claro que vai, as pessoas vão começar ficar mais pobres, com mais dívidas. Isso aí também não vai trazer dinheiro pra o município. Temos que saber que os mais abastados como diz o nortista lá, precisa pagar mais imposto e isso não acontece no município de Cascavel. Veja que como o senhor falou que no centro da cidade o valor baixo que o pessoal mais abastado paga de imposto e nesta emenda que nós temos está separando essas residências com preço diferente, pra que os mais abastados paguem um pouco mais, os que têm dinheiro pra pagar. Não podemos incluir toda população em um único nível. Acabou. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Depois das palavras do nosso pensador Rui Capelão vou continuar. Na realidade o que precisa do IPTU e o Luiz Frare sabe disso. Precisa fazer uma audiência pública e ver onde estão defasados os terrenos e não aumentar todos iguais. Tem regiões que estão muito defasados e outras não. O que falta? Você quer fazer um IPTU sério, esse negócio de dar desconto na época da eleição tem que acabar. Até quero fazer uma emenda que por decreto ele pode colocar algumas declarações, não vai mais pôr por decreto. Se a gente olhar, se tivesse feito um estudo de todos os terrenos e fazer o quê? Lá do lado do nosso consultório tem um terreno baldio lá, cheio de lixo que 3% é cobrado 30% do homem. Por quê? Sujo. Deve ter até cobra Cascavel lá. 30% devia ser cobrado, fazer um progressivo, um estudo mais sério. Vou votar a favor, mas contra a minha vontade. Tinha que fazer uma audiência pública, majoritar os preços da região inteira e aí fazer uma cobrança certa. Isso seria justiça, ia aumentar muito mais a arrecadação. Falta a prefeitura fazer um estudo pra fazer a valorização da Avenida Brasil um preço, na Paraná outro preço, na Antonino outro preço e aí fazer uma alíquota certinho. Só que isso o prefeito parece que não tem interesse. Vou votar a favor, mas assim meio contrariado. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Vereador Fernando Winter com



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

a palavra. – Vereador Fernando Winter: Senhor presidente, vereadores, imprensa, bom dia a todos. Antes de começar minha fala gostaria de fazer um registro à presença do nosso coordenador jovem do movimento carismático Rondinele que hoje nos presenteia com sua presença nesta sessão. Obrigado pela presença. O projeto 129, vou votar favorável, porém penso que aqui tem 3 alas, a base, a oposição e os vereadores independentes. O mais importante é nós entrarmos em consenso, porque política é uma articulação, ninguém faz nada sozinho. Precisamos entrar num consenso, num número. É óbvio que é necessário o aumento, porque está defasado o IPTU de Cascavel. É só pegarmos Maringá que é do mesmo porte de Cascavel. Podemos pegar Toledo e verificar que nosso IPTU realmente está defasado no seu valor de avaliação. Aumento é aumento como já disse o vereador Frare, quem gosta de aumento, ninguém gosta de aumento, porém há necessidade de aumento pra poder pagar as contas (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: Senhor presidente, demais vereadores, eu também acho que Cascavel está numa situação de defasagem em relação ao IPTU; mas não é só o centro, todas as regiões de Cascavel tem que ser uma situação mais avalizada, mais planejada em relação ao IPTU. Nós comparamos o município de Toledo com Cascavel nós estamos bem longe. Já tivemos um presente enorme do vereador em relação a diversos aumentos de impostos e vamos ficar com uma sobrecarga muito grande de imposto, sou sim favorável ao aumento, mas de uma forma mais acentuada, porque ao longo desse tempo ninguém pensou em fazer um planejamento de aumento pra que não pudesse sobrecarregar num ano só. Claro, o município tem amparado por lei a isenção de mais de 11.000 famílias, não entendo o vereador Rui Capelão falando que tem vereadores isentando os IPTUs. Acho que se tem vereador tem que dizer o nome, fico chateado com isso porque não é dessa forma que podemos tratar uma situação tão importante no município de Cascavel. Obrigado. – Vereador Fernando Winter: Eu nas últimas eleições fui pedir voto pra o meu eleitorado pra o governo Beto Richa, Pedro Martendal o seu partido, mas estou envergonhado porque recebemos um aumento tarifaço só no IPVA de 40%; não foi 20, foi 40% no IPVA, como já foi falado aqui, ninguém gosta de pagar imposto. Então colegas vereadores, nós temos que reunir todos os vereadores da base, oposição, e entrarmos em consenso e quem vai ganhar com isso é a população. Já vi vereador falar que não é a favor de qualquer tipo de aumento, nós não vamos chegar a lugar nenhum se cada um for pra um lado. No consenso, nós vamos chegar a um número pra que fique bom pra toda população de Cascavel. Era isso. Muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Bom dia a todos, a mesa, ao Plenário. Eu creio que ninguém aqui tem dúvida da necessidade do aumento até porque é desse tipo de arrecadação que vêm as políticas públicas, que eu particularmente, tanto defendo. Segurança pública, quadro funcional, plano de carreira dos professores, políticas culturais, que infelizmente não existem em Cascavel. Aqui eu acho que é ponto pacífico, que é necessário a correção, a questão não é essa. A questão é por que é necessária essa correção. Segundo dados do vereador Cláudio Gaitero, desde 2001 não se corrige a planta dos imóveis, é um dado



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

preocupante; mas é real assim como é real que o atual prefeito já está alternadamente aproximadamente 13 anos no poder. O que ele fez em 13 anos que não escalonou esse aumento? Eu queria deixar claro a nossa população que, entende que é necessário o reajuste, mas também deixar claro que isso não absolve o atual executivo que tem uma grande responsabilidade ou irresponsabilidade em relação ao tarifaço. A questão é: por que é necessário o tarifaço de 35%? Por que Cascavel arrecada tão pouco em relação a Toledo, em relação a Maringá? Porque tem gestores incompetentes, irresponsáveis que durante um bom tempo optaram por fazer o jogo dos latifundiários urbanos. É isso. Esse é o debate. Agora claro que é necessário aumento, porque desde 2001 não há segundo dados da própria base, correção da planta dos imóveis. A questão não é se tem aumento ou não, é necessário infelizmente ter aumento. A questão é por que é necessário esse tarifaço de 35%? Porque existiram gestores incompetentes e um deles é o Edgar Bueno, que durante 12, 13 anos podia ter aumentado e não aumentou. Vou votar favorável, entendendo que isso não absolve essa gestão... (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Parabenizá-lo pela eloquência do seu discurso, porém nós todos sabemos que em 2012 o prefeito Edgar Bueno mandou pra essa Casa de Lei, foi aprovado então um projeto de lei nos moldes que o vereador Jorge Bocasanta levantou aqui, por área, por região e infelizmente foi derrubado por uma ação popular; onde foi arquivada aquela boa intenção do prefeito de fazer essa correção. Outro ponto fundamental do seu discurso, semana que vem estaremos votando aqui nesta Casa, um reajuste aos professores onde haverá uma correção no plano de carreiras e cargos dos professores, justamente em cima disso que o município precisa arrecadar, conforme Vossa Excelência falou pra poder repassar esse benefício aos professores. Seria isso. Obrigado. – Vereador Paulo Porto: Obrigado vereador, só reforço o que estou falando da incompetência do executivo que por uma ilegalidade não foi aprovado esse projeto de lei. E por entender a necessidade de garantir salários dignos aos servidores, eu entendo a necessidade do aumento, a questão é o tamanho. Vamos discutir isso quinta-feira ou segunda não sei, próxima sessão. Mas deixando claro que o fato de nós votarmos neste momento o aumento não significa em absoluto que absolvemos uma gestão que tem sido incompetente a ponto de nos impor um tarifaço de 35%. (-Um aparte) Concedido. – Vereador Rui Capelão: Obrigado vereador pelo aparte. Eu gostaria de fazer uma pequena colocação aqui. Analisando os IPTU's observei que em 2012 subiu apenas aqui o residencial 5,5 %, 5,65 e 2013 subiu 5, 88 e já em 2014 subiu 12%. Em época de eleição, véspera ou após a eleição o imposto está bastante baixo, por isso me referi que na época dessa em eleição existem as benesses não falei vereador, falei em benesses. Acho que o senhor não entendeu o que falei no momento. – Vereador Paulo Porto: Encerrando, votarei favorável, mas com essa ressalva; esse voto não absolve a profunda incompetência desses anos de gestão do Edgar Bueno a ponto de nós termos que discutir como necessário um tarifaço de 35% ou 20%, iremos discutir na próxima sessão. Muito obrigado. (-Peço a palavra senhor presidente) – Presidente: Com a palavra vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Senhor presidente, senhores



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vereadores, distinta assistência, imprensa do município de Cascavel. Começo essa fala senhor presidente, um projeto importante pra nossa cidade pela fala do vereador Fernando Winter. Ele nos dizia a importância de buscarmos numa matéria tão importante um consenso e o consenso só é possível quando há um diálogo, mas esse diálogo pra que a gente possa chegar num consenso precisa de alguns pressupostos. Primeiro, esse debate, esse diálogo tem que ser um diálogo franco. Não pode estar revestido de demagogias das mais baratas e também, não pode estar revestido de irresponsabilidade. Se o debate for um debate pensando no melhor do futuro de Cascavel, com toda certeza é possível que nós podemos chegar num consenso. Agora, se esse debate for um debate politiquero, demagogo, irresponsável, com toda certeza o consenso não vai ser possível. Eu só espero que os senhores vereadores tenham a noção e a exata compreensão do que estamos votando e a importância disso, pra o município de Cascavel. Nós somos talvez os agentes políticos mais próximos da população. Diariamente recebemos as demandas sociais de todas as esferas. Sofremos junto com a população, em especial a população mais carente que necessita de política pública. Como já dissemos várias vezes nesta Casa, tem vereador que é a favor da educação, da cultura, da habitação, do esporte, mas não nos ensinou a mágica de onde arrumar dinheiro pra tudo isso. Os números são claros, Cascavel é uma das cidades mais defasadas em relação à cobrança de IPTU. Estamos à beira de uma crise, jamais vista no nosso Brasil. Não sou eu que estou falando, o mundo está falando. Não sabemos nem se o governo federal vai conseguir continuar mandando o repasse do IFPM. É importante que a gente se prepare pra essa crise, então não vou aqui adiantar essa discussão, até porque com toda certeza teremos uma sessão muito intensa na quinta-feira, mas fica aqui essa reflexão. Queira Deus que possamos alcançar esse bom senso, mas penso eu, que ele só será possível se os vereadores deixarem a politicagem, a demagogia barata e que tenham a compreensão que não estamos votando aqui pra ganhar mais meia dúzia ou 15 ou 20 votos. Estamos votando o futuro de Cascavel. Obrigado presidente. – Presidente: Em votação o Projeto de lei nº 129/2014 de autoria do poder executivo municipal, que estabelece valores venais dos imóveis urbanos que servirão de base para o imposto predial e territorial urbano – IPTU e demais tributos imobiliários e dá outras providências. Votação nominal, proceda senhor secretário. Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Marcos Rios, Walmir Severgnini, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Rui Capelão, Pedro Martendal, Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Vanderlei Augusto da Silva, Paulo Porto, Nei H. Haveroth e Rômulo Quintino. (Não houve voto contrário) – Secretário: Projeto aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. – Presidente: Projeto de lei 129/2014 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores presentes em primeira votação. Convidar o vereador Rui Capelão que está com o terno exatamente na mesma cor do nosso vereador Luiz Frare, pra que possa se somar aqui na mesa diretora, no lugar do vereador Robertinho Magalhães nesta manhã, já que os dois são muito próximos. – Vereador Luiz Frare: Presidente, não mereço isso. – Presidente: Vamos estabelecer a harmonia nesta Casa.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de lei complementar nº 7/2014 de autoria do poder executivo municipal, que dispõe sobre inclusão de dispositivos na lei complementar nº 01/2001 - código tributário municipal e dá outras providências; em discussão. (-Peço a palavra senhor presidente) – Presidente: Vereador Vanderlei Augusto da Silva com a palavra. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Senhor presidente, senhores vereadores, imprensa e comunidade que nos acompanha. Senhor presidente, eu gostaria que na verdade a Comissão de Finanças pudesse até nos esclarecer alguns pontos sobre esse anteprojeto de lei complementar do município, do prefeito municipal nº 07/2014, que ele está instituindo uma taxa de licenciamento pra evento público e temporário. Entendo como evento público: a marcha pra Jesus, a missa de Corpus Christi que tem a caminhada aqui da Igreja Santo Antônio até a Catedral Nossa Senhora Aparecida. É claro que essa taxa vai instituir tantos outros eventos públicos e claro que, essa taxa vai instituir também, os eventos privados. É uma nova taxa que está sendo instituída no município de Cascavel. Serão 2 unidades fiscais do município. Entendo sim, que para alguns essa taxa tem que ser cobrada, alguns eventos, por exemplo, eu não sei dizer e, até a comissão poderia me fazer entender ou nos orientar: as formaturas em Cascavel. Nós sabemos que durante o início do ano, por exemplo, existem várias formaturas. São realizadas em clubes da nossa cidade. Claro que essas formaturas geram lucros, a promotora é uma empresa privada, agora, por exemplo, esses eventos públicos, temporários, nós vamos aprovar daqui a pouco uma lei do “Carnaval Alegriaivos”, é um evento público, realizado pela Renovação Carismática Católica, então entendo que estaria compreendido por essa lei. Preciso compreender assim como acredito que os demais vereadores, para que a gente possa tomar nossas decisões. Uma manifestação cultural, o protesto dos professores, por exemplo, do 30 de agosto, nós precisamos compreender se está tarifado nesta lei, se não estiver tarifado tudo bem. Agora, se estiver tarifado esse tipo de evento eu me sinto preocupado pra tomar essa decisão. Era isso que eu tinha. E eu fico agora, no aguardo que a comissão que analisou tecnicamente, Comissão de Finanças e Orçamento dessa Casa, possa nos esclarecer se esses eventos públicos da Igreja Católica, das Igrejas Evangélicas, as manifestações públicas e culturais estarão inseridas nesta Lei, que vai ser cobrado duas unidades fiscais do município. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Vereador Celso Dal Molin com a palavra. – Vereador Celso Dal Molin: Quero complementar o que o vereador Vanderlei Augusto da Silva falou; inclusive com mais alguns pontos. Primeiro, que o artigo 276 pulou do 10 pra o 12 não tem o 11 e, quando se coloca aqui, na Lei no artigo 342 o “e” que está sendo votado agora, e fala aqui, de poder de polícia, alguns poderes que teria pra executar esse projeto, há uma ambiguidade aqui, e essa ambiguidade não pode acontecer. Você pesquisando todos os fatos, todas as Leis não consegue encontrar um respaldo pra quem faz um evento, até como o Vanderlei citou; nós vemos também que tem o artigo 342 “a” que fala em licenciamento ambiental, tudo bem, aí existe como tem um poder até de polícia executar alguma coisa e taxar uma multa; mas como você vai executar um evento cultural, seja ele na praça, na rua, de teatro, hip hop, seja de ler a Bíblia, de marcha, sendo que você não sabe qual é o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

artigo que vai dispor a multa sobre isso; então, quero colocar que existem algumas falhas. Se o Vanderlei concordar, queremos sentar com a secretária de finanças, ver esse projeto e colocar algumas emendas neste projeto, pra que seja atualizado de acordo e ninguém fique prejudicado. Quero pedir vistas desse projeto, pra que seja elaborado de outra maneira e seja ele apresentado. Então deixo aqui, o pedido de vistas do nº 7/2014. – Presidente: Em discussão; o pedido de vistas do vereador Celso Dal Molin. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Boa tarde a todos, gostaria de pedir voto favorável ao pedido de vistas do vereador Celso Dal Molin, por entender da mesma maneira que o vereador Vanderlei Augusto da Silva apontou. E o Celso Dal Molin já apontou que é muito amplo essa legislação, a ponto de nós podermos cobrar taxa de um evento da Joven Pan, que é um evento privado e de um evento que ontem eu participei no Contry, com 35 mães discutindo a necessidade de uma Casa de Parto Humanizado em Cascavel, ou seja, tudo é evento público. E o argumento de que é necessário pressa, em relação a essa Lei e que existem muitos eventos. Que bom que existem muitos eventos, pra que as praças estejam ocupadas. Que bom, é positivo! Querem regulamentar, regulamentemos; mas meu medo é que do jeito que está essa lei complementar, ela abrange tanto os grandes eventos privados que visam lucro, por exemplo, como o Rocão que só tem custo pra quem organiza; então entendo que devemos aprovar o pedido de vistas, rediscutir e fazer uma lei complementar que seja mais justa e que promova e não iniba a participação da população em seus espaços públicos. Era isso. Obrigado. (- Peço a palavra) Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: A princípio posso adiantar que sou favorável ao pedido de vistas, porém deixar bem claro que, no momento da aprovação do parecer, nós verificamos quanto ao fator financeiro, orçamentário do município em cima dessa Lei. Verificando alguns exemplos que foram dados aqui, perguntei a secretária quanto à festa dos motoristas, realizada a cinquenta e poucos anos e não é taxado. Imagino que todos esses eventos V. Excelências levantaram aí, também não são taxados; porém vamos então, na quinta-feira trazer melhores informações a respeito. A princípio sou favorável ao pedido de vistas. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Gostaria de fazer alguns esclarecimentos, achei o projeto importante. Até o valor, duas UFM's, parece não ser um valor alto; sendo um valor suportável pra qualquer instituição que vá fazer um evento. A única coisa que me preocupa é essa arrecadação. Deveria ter um destino ou pra Secretaria de Cultura ou para o Conselho de Cultura, para que pudesse ser aplicado em alguns benefícios e alguns eventos que normalmente é pedido, como foi pedido pra o Fescatchê, verba pra o evento e, que esse dinheiro esteja em caixa pra atender essas necessidades ou vá pra o Conselho de Segurança que, é quem vai dar essa segurança ao evento. Nós temos que distribuir verbas a determinados Conselhos, que não são importantes. E tanto o Conselho de Cultura como o Conselho de Segurança são 2 conselhos que precisam que haja um investimento, que haja uma verba pra atender determinado eventos; portanto devemos fazer o projeto voltar a essa Casa, que eu acredito que vai



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ser aceito o pedido de vistas; mas vamos fazer emendas pra que haja uma destinação razoável desses valores e que as Secretarias possam distribuir esse valor de uma forma bem procedente. Obrigado. (-Questão de ordem) – Presidente: Vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Essa mensagem está com pedido de urgência, portanto não cabe pedido de vistas. –Presidente: De fato a questão de ordem levantada pelo vereador Gugu Bueno procede, portanto fica de fato indeferido o pedido de vista do vereador Celso Dal Molin; porque de fato está em regime de urgência e não há necessidade de pedido de vistas. Continua em discussão o projeto. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Fernando Winter e na sequência vereador Gugu Bueno. – Vereador Fernando Winter: Presidente, colegas vereadores, devido a polêmica e até a fala do presidente da Comissão de Finanças ficou esse projeto aqui bem duvidoso; devido aos grandes eventos e a quantidade de eventos tanto cultural como religiosos que vai inclusive, nesta Lei aqui; portanto acredito que o pedido de vistas seria razoável, porém de acordo com o regimento não é possível então; quero dizer que vou votar contra e peço aos colegas que votem contra, também. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Não estamos questionando o valor, o valor aqui é duas UFMs que dá em torno de R\$ 64,00. Nós queremos entender o engessamento de um evento que é feito pra cultura e pra o crescimento da nossa cidade. Se fala tanto em cultura, em coisas que se precisa fazer pra que haja um melhor atendimento à criança, adolescente, tudo mais; então quero me colocar junto ao Fernando Winter e peço aos colegas que votem contra esse projeto. (- Um aparte) – Vereador Fernando Winter: Pois não. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Na verdade senhores vereadores, como a sessão será quinta, mas as emendas tem que ser protocoladas até hoje às 14:30 horas, está se tornando inviável esse projeto; porque nós teríamos que colocar no mínimo uma emenda, garantindo que os eventos sem fins lucrativos... mas o presidente disse que não pode. Então os eventos sem fins lucrativos como: a Festa das Colônias na Catedral teriam que estar isentos, o evento das igrejas católicas, evangélicas, manifestações culturais; nós estamos saindo prejudicados, as entidades de Cascavel estão prejudicadas neste projeto. Meu voto será contrário e peço voto contrário a esse projeto. (-Peço a palavra) – Presidente: Antes do vereador Paulo Porto, com a palavra vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Senhores vereadores, o projeto de fato muito importante. E fica aqui, uma crítica ao poder executivo por não ter executado essa taxa antes. É impensável que o município de Cascavel não tenha uma taxa de licenciamento pra eventos, em nossa cidade. Vamos pensar num circo que vem se instalar em Cascavel, é necessário que o município cobre uma taxa desse cidadão, que vem fazer um evento pra visar lucros. Infelizmente como sabemos, pela legislação tributária é necessário que a gente aprove esse projeto este ano; permitindo que o município faça essa cobrança a partir do ano que vem, senão no ano de 2015 vai continuar não sendo possível a cobrança dessa taxa. Sou sensível às alegações do vereador Celso Dal Molin e dos vereadores que me antecederam, mas acho que é possível a gente aprovar esse Projeto em primeira votação e na emenda a gente conseguisse delimitar essas situações. Nossa sessão é



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

na quinta-feira, poderemos protocolar até quarta-feira e seria possível a gente aprovando o projeto hoje, em primeira votação deixar claro toda essa situação e emendas, pra que a gente não prejudique esses eventos; mas também não prejudique o fato do município ter uma obrigação legal que é cobrar uma taxa pra esses eventos privados que acontecem no nosso município. Gostaria de sensibilizar os senhores vereadores que a gente pudesse votar hoje, em primeira votação. Temos ainda uma segunda votação, se não for possível a emenda que, possamos derrubar o projeto em segunda votação, mas que hoje a gente votasse em primeira votação e aprovasse essa taxa e com a emenda corrigisse e deixasse muito delimitado todas as questões levantadas pelos senhores vereadores. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Novamente isso apenas reforça meu discurso anterior, da incompetência do executivo. Podia ter mandado esse projeto em junho, julho, abril, teríamos tempo; é um projeto que cria uma taxa dos espaços públicos que eu concordo que tem que ter. Eu concordo com a argumentação do vereador Gugu Bueno, é necessário. Se a Joven Pan, FAG, Ideal, forem fazer um evento comercial tem que ter taxa. agora o Rocão não pode ter taxa. O Rocão você tem um gasto, ninguém ganha; ontem no Country também, ao mesmo tempo desse Encontro de Mães tinha um Encontro de Jovens do hip hop, usando a Concha Acústica. Reuniu lá 80, 90 jovens e que bom eles estão utilizando o espaço público que é pra isso mesmo; até porque quando a comunidade não utiliza, não existe espaço vazio urbano, alguém vai utilizar. (-Um aparte) Um aparte ao vereador Rômulo Quintino. – Vereador Rômulo Quintino: Cumprimentando o presidente, vereadores e distinta assistência, nós temos uma outra situação também, vereador Paulo Porto, que em qualquer evento que é necessário a autorização da prefeitura precisa do acompanhamento da Cettrans nesses eventos e a maioria deles, já é feito o pagamento de uma taxa pra Cettrans, seria uma segunda taxa. Acredito que esse projeto seja inviável, temos que trabalhar pra ajudar, auxiliar, pra promover as boas práticas culturais na cidade. Obrigado. (-Um aparte) – Vereador Paulo Porto: Aparte ao João Paulo. – Vereador João Paulo: Gostaria de verificar se realmente, sobre essa emenda, se há possibilidade de estar fazendo, se não tiver como, eu convido aos senhores vereadores votar contra esse projeto e no próximo ano o executivo que normalmente mande da forma melhor aqui, melhor pra essa Câmara votar. Obrigado pelo aparte. (-Um aparte) – Vereador Paulo Porto: Aparte vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Entendo que esse projeto é importantíssimo, ele envolve praticamente toda comunidade, entendo as ponderações do vereador Gugu Bueno, mas até pela amplitude do projeto dificilmente nós conseguirmos corrigi-lo com emendas. Ainda que conforme já oficializado pelo presidente, as emendas têm que ser apresentadas até as 14:00 horas; então é inviável uma emenda. Então neste sentido comungo com aqueles que estão pelo voto contrário a esse projeto, não sou contra que seja criada a taxa, mas tem que vir com tempo pra ser bem debatida e discutida entre os pares. Obrigado. (- Um aparte) – Vereador Paulo Porto: Aparte vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Eu quero mais uma vez



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

afirmar que aqueles eventos privados como o circo, quando acontece aqui em frente a prefeitura, o evento que acontece no autódromo que leva o dinheiro de Cascavel, esses têm que pagar não só duas, mas 50 unidades fiscais do município. Agora os eventos sem fins lucrativos, vão ter que pagar também, da forma que está sendo projetado. Então, a Festa das Colônias, enfim da forma que está escrito aqui, nós temos que ir pela interpretação da Lei; quem é advogado sabe, vai interpretar a Lei então da forma que está escrito, interpreta-se e cobra; teria que estar mais claro no projeto de lei. (-Um aparte) – Vereador Paulo Porto: Celso Dal Molin, depois só quero um minuto pra finalizar. – Vereador Celso Dal Molin: Só complementando, não estamos discutindo nenhum valor, o valor não é alto. Nós estamos discutindo aqui, situações que não vai conseguir resolver numa semana, tem que sentar, conversar e colocar tudo às claras o que está colocado nesse projeto. Quando fala aqui, tem poder de polícia; nós temos que ver o que é isso, que maneira. Quer dizer que nós tivemos um evento no fim de semana, deu tudo certo, foi algo que Deus abençoou muito e isso que nós queremos dizer, nós não ter empecilhos de organizar um evento na nossa cidade. (-Um aparte) – Vereador Pedro Martendal: Só pra concluir dizer pra o vereador Gugu Bueno que em parte concordo com sua justificativa, mas dizer aos vereadores que a maioria dos eventos são sem fins lucrativos e daí entraria aqui, por isso vou manter meu voto contra esse projeto. Obrigado! – Vereador Paulo Porto: Encerrando minha fala, só deixar claro que entendo a necessidade de legislar sobre esse assunto, porém queria argumentar que nunca, jamais a pressa do executivo pode ser argumento dessa Casa; a pressa inclusive é sinônimo de incompetência. Mandasse antes pra nós debatermos. Pressa, não pode argumento que tencione essa Casa, ela tem que tencionar por demandas populares, bandeiras, outro tipo de pressão, pressa jamais, nem nesse caso nem em caso nenhum; até porque teve o ano todo pra mandar e optou por mandar nas últimas sessões, por isso ainda que eu entenda que é necessário legislar, mas que fique pra o ano que vem se não for possível esse ano; porque neste caso a Lei é ruim, é uma Lei que pune quem usa a praça, nós temos que incentivar as pessoas usarem os espaços públicos em Cascavel. Peço voto contrário a esse projeto, oriundo do executivo. Obrigado presidente. – Presidente: Senhores, acredito que seja sensato, vendo a preocupação dos senhores vereadores; caso o projeto seja aprovado mesmo eu não estando na quarta-feira o que impossibilita realização de pauta, mas podemos estabelecer hoje, os projetos a serem incluídos na pauta na quarta-feira sem nenhum problema. E caso os senhores queiram apresentar alguma emenda a algum projeto, acho que é possível prolongar esse prazo pra que sejam apresentadas emendas até quarta-feira, antes do meio dia; porque as 14:00 horas precisa ser publicada a pauta, então emendas a esse se for aprovado eventualmente ou a outros retificando a minha fala do início, então a pauta será fechada, já em acordo com a presidência e com o primeiro secretário, na quarta-feira mesmo com a minha ausência. O primeiro secretário poderá fazer a conclusão da pauta na quarta-feira, então as emendas até na quarta-feira no período da manhã, pra serem protocoladas. Em votação; o Projeto de Lei Complementar nº 7/2014 de autoria do poder executivo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

municipal que dispõe sobre inclusão de dispositivos na lei complementar nº 01/2001 - código tributário municipal e dá outras providências. Votação nominal, proceda senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Gugu Bueno, Nei H. Haveroth, Marcos Rios, e Luiz Frare) (Foram contrários os vereadores: Fernando Winter, Vanderlei Augusto da Silva, Jaime Vasatta, Rui Capelão, Ganso Sem Limite, Rômulo Quintino, Pedro Martendal, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Celso Dal Molin, Walmir Severgnini e Paulo Porto) – Secretário: Com 12 votos contrários e 6 votos favoráveis projeto rejeitado em primeira votação. – Presidente: Com 12 votos contrários e 6 votos favoráveis está rejeitado o projeto em primeira votação. Projeto de lei nº 155/2013 de autoria do vereador Márcio Pacheco, que autoriza o poder executivo municipal a celebrar convênios com o Conselho Deliberativo São Francisco de Assis, teve o veto total do poder executivo. Em discussão o veto e, eu peço a palavra. E peço ao vereador Luiz Frare que assuma a presidência. – Vereador Márcio Pacheco: Senhores vereadores, comunidade aqui presidente, antes quero cumprimentar aqui o senhor Faustino José de Souza, Elício Meurer e o Gilson Rodrigues que se encontram presentes nesta sessão, e que são autoridades nesta questão do Conselho Deliberativo do Reassentamento São Francisco e vem pra acompanhar a deliberação desse veto e do projeto, na sequência. E é a pedido deles que esse projeto foi formulado desde o início, porque eles entendem a importância desse projeto, pra que em havendo o diálogo com o poder executivo possa ser implementado algum tipo de parceria com o poder executivo municipal e aquele Conselho. Esse projeto foi deliberado ainda no ano passado e eu quero agradecer por duas situações. Primeiro, pelos senhores vereadores terem aprovado esse projeto, quando foi posto em votação e nas duas votações foi aprovado, se não me falha a memória, pela totalidade dos vereadores a pedido nosso; então agradeço como proponente do projeto, naquele momento. Ocorre que o prefeito municipal acabou vetando esse projeto e o que ocorre é que, o veto está certo. Houve uma falha nossa quando da elaboração do projeto, técnica, faltou uma palavra que é importantíssima pra execução do projeto; então a sensatez nos recomenda que neste momento eu peça voto favorável ao veto, porque o veto está correto. E ao mesmo tempo agradeço os senhores vereadores também, que a pedido nosso, compreendendo a importância do projeto na sua totalidade, os vereadores assinam agora, conjuntamente comigo, esse projeto, agora sim, corrigido e que será deliberado inclusive na data de hoje, logo na sequência e antes do término dessa sessão, naturalmente. Então quero pedir voto favorável ao projeto, já sabendo que os senhores assinaram todos conjuntamente esse projeto, então o projeto passa a ser de autoria de todos os vereadores, então agradeço pela votação quando votamos dias atrás. E peço voto favorável ao veto, já que não há como rejeitar, porque o veto está correto e peço voto favorável cumprimentando e agradecendo todos os vereadores que já assinam conjuntamente o projeto. Então assegurando aos nossos amigos do Reassentamento, que o projeto tem a simpatia e terá a aprovação de todos os vereadores e na certeza agora, que não tem mais razões pra que ocorra um segundo veto. Cumprimentando os senhores o que podemos fazer



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

neste poder Legislativo está feito e partir da quinta-feira o projeto estará aprovado, aguardando a sanção do senhor prefeito. Agradeço aos senhores pela presença e aos vereadores agradeço pela parceria. – Presidente: Senhores; em votação o veto total ao Projeto de lei nº 155/2013 de autoria do vereador Márcio Pacheco, que autoriza o poder executivo municipal a celebrar convênios com o Conselho Deliberativo São Francisco de Assis. Os vereadores que forem favoráveis ao veto permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está mantido o veto total ao Projeto de lei nº 155/2013. Projeto de lei nº 119/2014 de autoria do poder executivo municipal, que altera a lei nº 6310 de 23/12/2013 lei orçamentária anual para 2014, relativo a Fundetec, no valor de R\$ 271.859,21; em discussão. Em votação; o Projeto de lei nº 119/2014 de autoria do poder executivo municipal, que altera a lei nº 6310 de 23/12/2013 lei orçamentária anual para 2014, relativo a Fundetec, no valor de R\$ 271.859,21 Os vereadores que forem favoráveis ao veto permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 119/2014. Projeto de lei nº 131/2014 de autoria do poder executivo municipal, que autoriza o município de Cascavel a desafetar e permutar imóvel urbano e dá outras providências. Voltando, o pedido de vistas da semana passada; em discussão o Projeto de lei nº 131/2014. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor presidente, nobres colegas, eu fui ver esse imóvel e no meu entendimento é mais um equívoco, pra não dizer outras coisas do serviço público de Cascavel; principalmente na avaliação. O lote que é de fundo de vale, que foi posto uma casa em cima irregularmente, ele tem uma área total de 800 metros, uma área que dá pra construir, 4 metros, enquanto o outro da prefeitura terá mais ou menos 400 metros de área que poderá ser construída, é um mau negócio pra o município, é uma... Teria que ver esses cidadãos aqui, Sérgio Roberto de Campos e Clovis Antônio Lorenzo, eles têm que parar de fazer avaliação, se eles são funcionários da prefeitura, porque isso aí eles não podem mais fazer; esse tipo de avaliação furada que traz prejuízo aos cofres públicos, não tem como, senão eu compro tudo esses lotes, compro e doo pra prefeitura, aqueles da Casa compro e doo, pago amanhã; porque isso é uma vergonha pra Cascavel, pra não dizer pilantragem. Eu tenho assim comigo que, nós temos que começar valorizar nosso mandato. Não sei como o Fernando Winter votou a favor disso, você não foi lá vereador. Quem mais aqui, o Jorge Menegatti, o Paulo Porto, vocês não foram lá ver o lote, não é possível, o Vanderlei Augusto da Silva também, o Marcos Rios também e o João Paulo também. Vocês não foram lá ver o lote, porque trocar 4 metros por 400 metros numa região por R\$ 40.000,00 é uma vergonha então aqui, temos que começar a fazer com clareza. Eu compro esses lotes, doo pra prefeitura e doo mais R\$ 50.000,00 por cima. O lote da prefeitura no mínimo vale uns R\$ 300.000,00 por baixo, e o lote lá de fundo de vale não vale nada. Porque 4 m² naquela região se nós contarmos mil reais o m², vai valer quatro mil. Então peço voto contrário e na próxima vez que, vocês fizerem esses negócios vão lá ver. Era isso



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

então peço voto... – Vereador João Paulo: Me dá um aparte. – Vereador Jorge Bocasanta: Você pode pedir a palavra, João Paulo, daí tem 5 minutos pra falar e digo assim eu quero que... tu também, Paulo Porto assinou aqui, também. Acho que na próxima vez, não precisa nós ir lá ver, nós temos que confiar nos pareceres. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Presidente, obviamente que todos nós nos sensibilizamos com a fala do vereador Jorge Bocasanta e com a preocupação que ele tem de não causar prejuízo ao erário público. Contudo antes de falar o que quero falar, é preciso fazer algumas ponderações, o vereador Bocasanta esquece no seu discurso a obrigação condicional que o município tem de cuidar dessas áreas de preservação ambiental. Isso é uma obrigação que o município tem, é de interesse da coletividade que essa área seja preservada. Mas não vou me prolongar, já tivemos debates parecidos com essa questão ano passado, onde demonstramos a importância pra o município que o município adquirisse aquela área que estava em questão. E novamente o meu amigo vereador Bocasanta veio com essa conversinha que compraria os lotes e faria isso ou aquilo. Eu quero de uma maneira oficial, vereador Jorge Menegatti ler aqui uma matéria que saiu na semana passada no Jornal Gazeta Paraná, abre aspas para o vereador Jorge Bocasanta: “Vou ter que desenterrar a imobiliária Bocasanta, vou propor dar os R\$ 50.000,00 a prefeitura e mais outros R\$ 150.000,00 pela área”. Vereador Jorge, como sei da sua seriedade, que você não está aqui nesta tribuna pra brincar lhe abro um aparte; se V. Excelência desejar pra que V. Excelência confirme essa informação que deu ao Jornal, que a gente sabe que muitas vezes é escrito aquilo que a gente não falou; mas que V. Excelência teria dito de fato que daria os R\$ 150.000,00 pela área e mais R\$ 50.000,00. Então, senhor presidente, dito isso, pelo vereador Jorge Bocasanta, considerando e pedindo que conste essa fala do vereador na ata dessa sessão senhor presidente e pra que a gente possa ter tranquilidade daqui pra frente de que tudo que aqui fale seja assumido, senhor presidente, eu gostaria como líder do governo, pedir a retirada desse projeto e o compromisso público do vereador Jorge Bocasanta de adquirir essa área. Encaminharei ao chefe do poder executivo, nosso prefeito municipal, que ele coloque esse lote no primeiro leilão e que o vereador Jorge Bocasanta fique com o compromisso de dar como lance mínimo, os R\$ 200.000,00 que o vereador Jorge Bocasanta assumiu e; assim nós teremos a garantia de que não estamos brincando que estamos falando à verdade, que estamos levando as coisas a sério. O vereador Jorge Bocasanta mantendo esse posicionamento eu vou como líder do governo, pedir a retirada desse projeto, não vamos nem estender essa discussão tenho certeza e o vereador Jorge Bocasanta dará esse lance mínimo, não sei se vai ser o lance que vencerá o leilão; mas pelo menos ele vai garantir esse lance mínimo. O aparte vereador. – Vereador Jorge Bocasanta: Com certeza. Vai dar R\$ 220.000,00, então já está combinado aqui R\$ 220.000,00 pelo lote da esquina. Então já tenho compromisso, se quiser levar o cheque agora já te dou, só me avise pra eu pegar o dinheiro. – Vereador Gugu Bueno: O cheque agora não é possível, porque é importante que a gente cumpra todas as exigências burocráticas e da legislação, mas te garanto,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

esse lote vai pra o primeiro leilão e V. Excelência fica com esse compromisso com a população de Cascavel de dar o lance mínimo de R\$ 220.000,00. Como líder do governo, solicito a retirada de pauta do projeto. (-Me dá um aparte?) Concedida. – Vereador João Paulo: Eu só queria responder. Vereador Jorge Bocasanta, era interessante que o senhor sentasse ali pra que a gente possa deliberar junto. O senhor fala depois sai da Plenária e fica ruim. Só quero dizer que o vereador é sempre preponderante neste sentido, mas dizer vereador, que se o senhor ou sua assessoria foi lá verificar esse terreno, que bom que o senhor fez isso, é papel seu, ser fiscalizador, verificar realmente se está errado ou não. Agora o senhor também, não convidou os outros vereadores, cada um aqui tem seus compromissos e dizer outro detalhe, o senhor que foi lá, fotografou o terreno, verificou toda demanda desse terreno poderia então, pelo menos ter remetido uma cópia a esses vereadores que votaram a favor na primeira votação. Era o que tinha vereador Gugu Bueno. (-Um aparte) – Vereador Gugu Bueno: Concedido. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Na verdade eu também gostaria de fazer um encaminhamento sobre essa situação, até porque eu, vereador João Paulo e Pedro Martendal fazemos parte da Comissão de Justiça dessa Casa. Todo documento público assinado por um agente público, e neste caso a avaliação desse terreno tem fé pública. A Lei diz isso, então estava assinado por 3 membros da Comissão, entre eles o engenheiro, tanto é que o jurídico da Casa deu parecer favorável a esse projeto de lei; então nós analisamos a legalidade. Agora, os casos específicos, e o senhor sabe do respeito, da consideração, da admiração que tenho por V. Excelência, vereador, agora há situações específicas que cada vereador no seu dia a dia junto com sua assessoria acaba fazendo; então nós da Comissão de Justiça analisamos a legalidade do projeto. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Um aparte, João Paulo, é Gugu Bueno? Então Vanderlei, concordo plenamente contigo é dos técnicos da prefeitura, a gente tem que confiar. Vejo o que aconteceu com a Dilma lá na Pasadena, os técnicos os maiores ladrões que tinha; então nós poderíamos mandar depois pra o Ministério Público ver porque eles avaliaram tão mal essa avaliação. Eu concordo plenamente contigo, faria a mesma coisa que você fez, a gente confia no técnico. Era só isso. (-Um aparte) – Vereador Gugu Bueno: Concedido vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Ainda bem que o vereador Jorge não falou meu nome, porque eu fui lá ver a área. Eu faria esse negócio e acho que o que o município está fazendo é um bem e, nós não podemos pensar só na questão econômica pra o município. Nós temos que pensar que o ganho ambiental que nós temos pra sociedade, ele tem muito mais valor do que 50, 100, 200, 1 milhão de reais. Acho que a questão ambiental não está na questão dos valores monetários. O município trocando uma área de 600 metros por uma de 800 que está dentro do rio, praticamente está tendo um ganho ambiental muito grande e a área a ser construída neste terreno que o senhor vai ser o futuro proprietário, vai ser de 200 metros; de 600 metros, vai construir 200 metros apenas. Em troca que o outro de 800 metros o município vai garantir a preservação. E digo mais, no ano que vem estarei fazendo uma proposta de lei que parte dos terrenos que estão em nome do município seja um



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

percentual permutado com terrenos que estão em fundo de vale, pra que nós tenhamos um ganho ambiental... Pra concluir, teremos um ganho ambiental que não tem valor econômico, o meio ambiente não tem preço, não tem valor. Acho que a permuta do terreno era ambientalmente correta, isso analisando *in loco* a situação. Obrigado pelo aparte vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Senhor presidente, então pra encerrar pra que não parem dúvidas sobre essa questão, eu tenho um posicionamento evidentemente muito claro junto com o vereador Nei H. Haveroth nesta questão, a importância da questão ambiental pra o município de Cascavel. Não conseguimos dimensionar essa importância, na verdade, pensando apenas em valores econômicos; mas enfim, pra evitar especulação, pra evitar conversas paralelas, fica aqui o compromisso com a sociedade de Cascavel do vereador Jorge Bocasanta de dar o lance mínimo de R\$ 22000,00, fica o meu compromisso como líder do governo que o município coloque esse lote no primeiro leilão possível e, tenho certeza que o interesse público será mantido, senhor presidente. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Presidente, vereadores, esse projeto 131, até pra responder a fala do vereador Jorge Bocasanta sobre a Comissão de Viação e Obras, a qual eu faço parte juntamente com o vereador Paulo Porto e com o vereador Jorge Menegatti. Realmente Jorge, a Comissão não dá o parecer sobre a avaliação, acreditamos que o avaliador é justo e profissional pra fazer essa parte. Nós não avaliamos, a Comissão de Obras, essa questão do valor do terreno e sim o mérito, pois o mérito do projeto é desafetar e permutar, mas também jogo pra outras Comissões essa responsabilidade. Até me questiono e quero me aprofundar mais com o Legislativo dessa Casa, se compete à Comissão nós avaliarmos também, o valor do terreno; se está correto ou não. Então quero deixar minha justificativa; porque demos o parecer favorável. Acreditamos sim, no avaliador do executivo. (- Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Obrigado vereador, nós... Duas situações. Primeiro, nós estivemos no local verificando o terreno, realmente o terreno vai trazer um ganho enorme pra o município, em função da questão da preservação ambiental. Segundo, nós temos que ter a certeza e a confiança daqueles técnicos que, conforme o vereador Vanderlei falou, tem fé pública, são os avaliadores. Nós não vamos questionar o avaliador, se o terreno está com valor muito baixo ou muito alto. Nós só avalizamos o aspecto puramente orçamentário e financeiro em cima da avaliação dos avaliadores e nós temos certeza que, os técnicos têm fé pública e nós temos que acreditar nos mesmos. Seria isso. Só pra colaborar. – Vereador Fernando Winter: Obrigado vereador. Então dizer assim que, no ano passado já teve isso aí, vereador Gugu Bueno; o Jorge Bocasanta falando que ia comprar um terreno no Jardim Cancelli, nos mosaicos ali, pra mim seria só conversa fiada. Acredito que temos que deliberar esse projeto hoje, pra quê deixar pra amanhã? Deliberar hoje. Era isso senhor presidente. (-Peço a palavra senhor presidente) – Presidente: Sobre esse projeto vereador? Pois não. Com a palavra. – Vereador Rui Capelão: Dizer que já visitei mais do que uma vez essa área, vi que o projeto tem algum fundamento, mas o principal dele seria que a área fosse toda tratada como área de preservação, que o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

município desse um terreno pra pessoa proprietária que está lá, um terreno em outra localidade seja onde for, de acordo com o valor do imóvel, mas que não fosse naquela área. Se já é prejudicada a área em 30%, porque mais do que isso não pode construir, 50% ou mais, eu visitei a área, entendo que lá não devia ser construído era nada, era preservar toda aquela área. De alguma forma o município preservou. Então, a única coisa que eu não concordei no projeto foi isso aí. Deve ser trocado por uma outra área. Assim como outros terrenos tem fundo de vale, não adianta trocar por aquele do lado ali, acho que tem que preservar e levar pra um local, o imóvel da pessoa, onde ela possa usar todo o terreno que ela está adquirindo. Então isso, e quero também, acho que quando nós debatemos as coisas não existe conversinha, nem ninguém está falando besteira, acho que todos os vereadores devem ser respeitados nos seus pronunciamentos, isso que quero pedir nesta Casa, porque tem gente que desrespeita o debate quando é posto por alguma pessoa e às vezes até acreditando que é de oposição; então vamos mandar calar-se, não pode ser assim, vamos ser livres no debate, obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Vou passar a palavra ao vereador Pedro Martendal, mas na sequência entendo que a continuidade do debate não sei se é sensato; já que há o pedido de retirada do projeto. Passo a palavra ao vereador Pedro Martendal, mas na sequência vamos deliberar sobre a questão da retirada. Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Senhor presidente, participando da Comissão de Justiça só questiono se esse pedido de retirada pelo Gugu, se ele é regimental em função que a autoria do projeto é do executivo municipal e não de sua autoria, se isso é regimentalmente possível. Só um esclarecimento. Obrigado. – Vereador Gugu Bueno: Peço a palavra, só uma questão de ordem. – Presidente: Pois não. – Vereador Gugu Bueno: Acabei de falar com o prefeito municipal, peço o adiamento do projeto e na parte da tarde traremos, oficiaremos a retirada do projeto da Câmara. – Presidente: Só pra concordar com o vereador Gugu Bueno, de fato a retirada carece do pedido formal do proponente do projeto que o poder executivo, o vereador Gugu Bueno fala como líder do governo, tem a autonomia de falar em seu nome, mas por uma questão regimental também, concordo com ele; então podemos autorizar um adiamento da votação. (-Questão de ordem) Pois não. – Vereador João Paulo: Esse projeto já não foi adiado? – Presidente: Foi pedido vistas. Então por uma questão protocolar, em discussão o pedido de adiamento por uma sessão do vereador Gugu Bueno, ao referido projeto de lei pra que possa ser oficializada a retirada do projeto, conforme compromisso do vereador Gugu Bueno. Senhores; em votação então o pedido de adiamento por uma sessão, para deliberação do Projeto de lei nº 131/2014 de autoria do poder executivo municipal, que autoriza o município de Cascavel a desafetar e permutar imóvel urbano e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado o pedido de adiamento por uma semana para deliberação do Projeto de lei nº 131/2014. Projeto de lei nº 133/2014 de autoria do vereador Robertinho Magalhães, subscrito pelo vereador Gugu Bueno que denomina de "Antônio Wilson Romero" um bem público municipal, e dá outras



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

providências; em discussão. Em votação; o Projeto de lei nº 133/2014 de autoria do vereador Robertinho Magalhães subscrito pelo vereador Gugu Bueno, que denomina de "Antônio Wilson Romero" um bem público municipal, e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes está aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 133/2014. Projeto de lei nº 144/2014 que autoriza o poder executivo municipal, a celebrar convênios com o Conselho Deliberativo São Francisco de Assis que agora tem a assinatura dos vereadores Marcio Pacheco, Gugu Bueno, Rui Capelão, Fernando Winter, Aldonir Cabral, Nei H. Haveroth, Jaime Vasatta, Pedro Martendal, Romulo Quintino, Vanderlei A. da Silva, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Ganso Sem limite, Marcos Rios, Celso Dal Molin, Walmir Severgnini, Claudio Gaitero, e Paulo Porto; em discussão. Já fiz as devidas considerações na tribuna, então só pra pedir voto favorável ao referido projeto. Então em votação o Projeto de lei nº 144/2014, de autoria da totalidade dos vereadores em exercício nesta Casa, que autoriza o poder executivo municipal a celebrar convênios com o conselho deliberativo São Francisco de Assis. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes está aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 144/2014. Projeto de lei nº 145/2014 de autoria dos vereadores Márcio Pacheco, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Luiz Frare, Walmir Severgnini, Celso Dal Molin, Pedro Martendal, Vanderlei Augusto da Silva, Cláudio Gaitero, João Paulo de Lima, Aldonir Cabral, Ganso Sem Limite e Rui Capelão que institui o Carnaval Alegria-vos! no calendário oficial de eventos do município de Cascavel e dá outras providências; em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Presidente, vereadores, quero apenas falar um pouquinho desse evento que, já é realizado desde a década de 90, porém com outro nome chamado: Carnaval com Cristo e depois foi passando o tempo e os jovens, está aqui também, mais uma vez faço o registro do coordenador jovem da Renovação Carismática Católica, o Rondinele que está fazendo um trabalho maravilhoso com os jovens da igreja católica, então dizer a vocês a colocar no calendário oficial do município, que esse evento é muito importante, porque ele faz o evento todo ano no Carnaval, no Centro de Eventos, registrar também, o apoio do município através do Valdecir Nath, secretário; prefeito Edgar Bueno que sempre tem apoiado esse evento, conseguindo local, o palco e toda estrutura necessária pra fazer então, esse evento tão importante. O que é realizado neste evento? São shows com bandas católicas, pregações, oração, neste evento nos dias de Carnaval. Então, dizer aos vereadores que é muito importante esse projeto que seja aprovado, pra que se coloque no calendário oficial do município, recebendo assim mais apoio de outras entidades, também. Hoje é muito importante nós ocuparmos nossos jovens. Quando o jovem não tem ocupação ele entra no mundo da droga, do vício e esse trabalho feito pela Igreja Católica, feito pela Renovação Carismática é muito importante, porque tira o jovem do vício da droga e todo mal que o mundo oferece. (- Um aparte) Pois não. – Vereador



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Celso Dal Molin: Quero também parabenizar o jovem Rondinele e aqui no item 2, onde ele coloca no projeto dele, ele coloca entre outras coisas, além disso oferece espaço pra família. A família é o começo de tudo, quando a família vai bem todos vão bem e com incentivo diferenciado que consiste na não comercialização de bebidas alcólicas. Isso é muito importante, o Fernando Winter estava falando sobre drogas e entorpecentes tudo mais. Parabéns por essa atitude, porque a gente vê muitas vezes eventos que são feitos em nome de Jesus, mas existem bebidas de álcool e, não combina. Parabéns! Assino esse projeto junto por concordar que tem que cuidar da família e do jovem, e pra cuidar da família e do jovem não pode ter bebidas de álcool. Se me convidar estarei lá. – Vereador Fernando Winter: Obrigado vereador Celso Dal Molin. Pra finalizar, dizer aos senhores vereadores que além dessas atividades que é a oração, louvor, show de bandas, é feita também apresentação de artes como peças teatrais. Então é louvável que a gente institui esse evento no calendário oficial do município e, peço voto favorável de todos vocês. Obrigado. – Presidente: Também quero cumprimentar o Rondinele, aliás nós somos subscritores do projeto. A solicitação do Rondinele e do pessoal que organiza o evento, inclusive a justificativa foi feita por eles também. Agradecer aos vereadores que assinam conjuntamente esse projeto e colocar em votação o Projeto de lei nº 145/2014. Projeto de lei nº 145/2014 de autoria dos vereadores Márcio Pacheco, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Luiz Frare, Waldir Severgnini, Celso Dal Molin, Pedro Martendal, Vanderlei Augusto da Silva, Cláudio Gaitero, João Paulo, Aldonir Cabral, Ganso sem limite e Rui Capelão que institui o Carnaval Alegrai-vos, no calendário oficial de eventos do município de Cascavel e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 145/2014. Projeto de resolução nº 15/2014 de autoria da mesa diretora, que abre crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Cascavel, na forma que específica, no valor de R\$ 2000,00; em discussão. Em votação, o Projeto de resolução nº 15/2014 de autoria da mesa diretora, que abre crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Cascavel, na forma que específica, no valor de R\$ 2000,00. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em primeira votação o Projeto de resolução nº 15/2014. Moção nº 12 de autoria de diversos vereadores da Casa, dentre eles Ganso sem limite, Cláudio Gaitero, Waldir Severgnini, Jorge Menegatti, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Vanderlei Augusto da Silva, Luiz Frare, Rui Capelão, Marcos Rios, Aldonir Cabral, Jaime Vasatta, Nei H. Haveroth e algumas assinaturas aqui que não conheço, mas enfim da grande maioria dos senhores vereadores e que expressa apoio e apelo na construção de uma nova cadeia pública para o município de Cascavel; em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Rômulo Quintino. – Vereador Rômulo Quintino: Em primeiro lugar, cumprimentar todos os vereadores e nós falamos na semana passada sobre esse assunto ainda no calor da fuga em massa, da que tivemos no Cadeião da 15ª



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

SDP. E eu quero parabenizar a todos os vereadores que têm se preocupado com essa grande questão, essa grande bandeira e como tenho dito, era passado da hora dessa Câmara de Vereadores se manifestar a respeito disso. Vereador João Paulo, e eu quero lhe agradecer, porque você tem sido um grande companheiro nesta causa junto com o deputado Paranhos, mas esse assunto de extrema relevância estava sendo tratado com posicionamentos isolados; então quero mais uma vez trazer à pauta essa questão, falando do importante trabalho que é feito pelo Dr. Juliano Murbach, presidente da OAB e também, dos parlamentares. Agora com essa junção de forças, nós temos o compromisso dos nossos deputados e assim que possível com a nomeação do novo secretário de Segurança Pública, deputado Francischini, nós podemos fazer essa grande reunião com ele, com o governo do Estado e porque não dizer agora, com o delegado chefe da Polícia Civil do Estado do Paraná o nosso conterrâneo Júlio Reis. E queremos até aproveitar a oportunidade aqui e, dizer da alegria da comunidade de Cascavel em ter a nomeação do delegado Júlio Reis, pra estar dirigindo essa importante ferramenta no Estado do Paraná. (-Um aparte) Vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Vossa Excelência tocou num assunto que acho muito importante e nós, como representantes da população, sempre muito crítico também, com as decisões dos nossos gestores; também acho que seria o caso de propor uma moção de elogio e louvor ao governador Beto Richa, pela escolha do Dr. Júlio Reis para comandar a Polícia Civil do Estado do Paraná. Quando houve a saída do Dr. Júlio Reis da delegacia em Cascavel, poucas pessoas compreenderam aquela medida; porque Dr. Júlio Reis é uma pessoa que goza de total respeito e admiração, não só por nós, mas por toda sociedade de Cascavel. Agora conseguimos entender, na verdade ele estava sendo reservado pra uma missão muito maior que é comandar a Polícia Civil do Paraná e acho que seria de bom tom fazer uma moção de apoio à decisão do governador Beto Richa, que tenho certeza que entregou a Polícia Civil do Estado do Paraná em boas mãos. Obrigado vereador. – Vereador Rômulo Quintino: Sem dúvida, uma grande conquista pra cidade de Cascavel e mais do que isso ter o *know how* do Dr. Júlio Reis, a frente da Polícia Civil do Paraná representará maior segurança pra toda população paranaense. Apenas pra encerrar, quero agradecer aos vereadores e agradecer a imprensa, que tem dado ampla cobertura a essa questão e contar com o apoio de todos pra essa reunião, que pretendemos junto aos nossos deputados, ao Governo do Paraná pra trazermos esse importante e indispensável tratado, esse assunto pra construção do novo cadeia pra Cascavel. Obrigado senhores vereadores. Um aparte pra o vereador João Paulo. – Vereador João Paulo: Eu só queria contribuir e parabenizar Vossa Excelência por essa proposição, assinada por todos os vereadores e dizer que era necessário. E o senhor está coberto de razão com tudo isso que vem acontecendo na cidade de Cascavel. Nós estamos vendo a quantidade de assaltos, situação difícil, até porque esse pessoal que está sendo recapturado está fazendo aí, anarquias no município de Cascavel; mas também vale a pena cumprimentar e desejar também, nesses 4 anos do governo Beto Richa que está pra vir e parabenizar o Dr. Júlio Reis por esse cargo, no alto escalão,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

merecido. Dizer que tem coisas que o governador não acerta, mas esse foi um acerto muito grande pra o município de Cascavel. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Aliás, dizer que hoje toma posse o secretário de Segurança do Paraná, o governador antecipou a posse do deputado federal, Delegado Francischini, do Partido do vereador Marcos Rios e, ele tomará posse pra esse e pra o próximo governo, hoje, às 15:00 horas em Curitiba. Acho muito importante, porque existe uma proposição por parte do deputado Paranhos que, é transformar aquela cadeia em escola. Não sei muito pela antiguidade se vai conseguir transformar em escola, talvez terá que derrubar e reconstruir a Escola Wilson Jofre, novamente; mas existe a ideia de tirar daquele local e transformá-lo em espaço escolar. E estou com o senhor pra fazer esse trabalho pra que a cadeia saia daquele local e ali seja ampliado o nosso Colégio Wilson Jofre. Obrigado. – Presidente: Também quero, publicamente, na condição de presidente dessa Casa transmitir os cumprimentos oficiais do Poder Legislativo ao delegado Júlio Reis, que felizmente uma iniciativa muito feliz do governador Beto Richa, que o conduz a chefia da Polícia Civil do Estado do Paraná. O nosso diretor Legislativo que é irmão do delegado, leve até ele nossos cumprimentos que é coletivo, que é com certeza de todos os vereadores essa alegria, nesta notícia que com certeza deixa muito feliz toda a comunidade de Cascavel; porque tem um grande homem, grande cidadão, competente, grande profissional a frente da Polícia Civil do Paraná e também, me somar a essa moção que é assinada por todos e esperamos de fato, êxito nesta luta que é antiga. Muitos têm lutado individualmente e essa luta não será resolvida individualmente, mas coletivamente. Em votação a moção nº 12/2014, assinada pela totalidade dos vereadores dessa Casa, expressa apoio e apelo na construção de uma nova cadeia pública para o município de Cascavel. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovada a moção nº 12/2014 dirigida ao senhor governador Beto Richa. Finalizando assim a matéria da Ordem do Dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** - Presidente: Temos inscrições para o grande expediente, os vereadores: Nei H. Haveroth, Pedro Martendal e João Paulo, nesta ordem. Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. - Vereador Nei H. Haveroth: Iria abrir mão do meu tempo e espaço, mas pela necessidade de transmitir um aviso aqui, usarei do tempo minimamente possível. Aproveitando esse momento pra convidar a população de Cascavel, mas principalmente os vereadores, pra participar de uma audiência pública que será realizada amanhã, às 18:45, segunda chamada às 19:00, no Paço Municipal no auditório, sobre o plano de arborização do município de Cascavel. Esse plano virá pra essa Casa, no próximo ano pra que seja votado e seja transformado em Lei. Então neste sentido a importância do acompanhamento dessa audiência pública e do plano em sua totalidade pra que nós tenhamos um plano excelente e que seja compatível com nossa cidade de Cascavel. Estão todos convidados pra participar dessa audiência. Também gostaria de aproveitar o momento pra falar também, dessa questão da segurança pública. É importante que nós da comissão de segurança, vereador Rui Capelão, vereador Jorge que não está aí,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ficamos contentes; porque estamos vendo ações diversas, no sentido de ajudar a melhorar a questão da segurança pública no Estado do Paraná; porque não basta nós melhorarmos nossa localidade e sim, todo conjunto do Estado precisa ser melhorado. E acreditamos que o secretário de Segurança Pública, Francischini, que já era esperado no outro mandato do governador Beto Richa de ter sido nomeado como secretário e somente agora está sendo no final do mandato nomeado, como secretário de Segurança Pública. Mas também, vereador Jaime Vasatta, em seu nome da comissão de agricultura e meio ambiente falar dessa questão do plano de arborização e que amanhã estaremos participando no Paço Municipal. Era o que tinha. Muito obrigado ,senhor presidente. – Presidente: Vereador Pedro Martendal Com a palavra. – Vereador Pedro Martendal: Dado o adiantado, abro mão da palavra. – Presidente: Vereador João Paulo com a palavra. – Vereador João Paulo: Também prometo ser breve. Dizer que ontem, no domingo, pessoas aguardando na UPA de Cascavel. Tenho que falar porque afinal de contas, se o município não estivesse cumprindo com seu papel eu até criticaria, mas quando servidores que querem atrapalhar também, o andamento das Unidades de Pronto Atendimento eu tenho que falar. Estou falando isso, porque ontem me chamaram na UPA do bairro Veneza, a escala que devia ser de 4 médicos; somente 3. Isso é difícil, mas nós tivemos 50 pacientes neste período que fizemos levantamento com prontuários e o que me entende é que se os 3 médicos que estavam na UPA de Cascavel pudessem estar atendendo as pessoas no seu consultório, vereador Gugu Bueno, não teria necessidade daquele povo chegar na Upa 9:00 horas da manhã e uma senhora ser atendida às 18:00 horas da tarde. É um absurdo que acontece, porque os médicos estão lá pra trabalhar. O município cumpre com seu papel, porque está pagando o médico lá, o município juntamente com a população que vai até lá e necessita só que o que me indigna é que ontem não teve atendimento do SIATE, nem do SAMU, porque muitas vezes os médicos ficam lá atrás, porque necessita atendimento de urgência e emergência então nós temos também, de saber diferenciar essas situações, mas quando não tem SAMU, quando não tem a concessionária que leva alguns pacientes e também quando não tem o SIATE aí só se estiver assistindo o Esporte Espetacular no domingo. Então quero dizer o seguinte: tem que ter uma fiscalização. Ontem falei com o secretário, ele ligou na Upa e resolveu o problema, mas não tem que ficar ligando, tem que ser resolvido o problema. Eu falo neste sentido, porque fui visitar as alas e constatei que os próprios ventiladores não estão funcionando; aí é um absurdo! Um absurdo os ventiladores do Upa Veneza, recém-inaugurado, ainda com os ventiladores com problema; aí é um absurdo porque estamos lá com pessoas com AVC, pessoas que estão necessitando transferência por incompetência dessa 10ª Regional e tem vereador que apoia o Miroslau em tudo que faz. Agora dizer assim, o que não dá, é isso aí vereador Rui Capelão; o que não dá, tem que saber subdividir, o que é competência do município tem que falar que é do município, agora o que é competência do Estado tem que falar que é do Estado e tem que saber dividir. Espero que hoje, a Secretaria de Saúde possa intervir pelo menos no conserto dos ventiladores; porque é um absurdo uma UPA não ter ar condicionado.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Neste sentido venho a público, porque não posso falar de todos os médicos que estavam lá, porque uma doutora que inclusive está lá ajudando, ela puxou 21 fichas amarelas e aqui cito o nome dela: Dra. Stefani, então essa tem os meus votos de louvor, dizendo o seguinte, pelo menos estava trazendo aquelas pessoas que desde as 9:00 horas da manhã estavam ali aguardando. Agora o que não dá é uma pessoa chegar 9:00 horas da manhã e receber a consulta, a prescrição médica às 18:00 horas da tarde. A pessoa atravessa o bairro do Vanderlei, vem lá do Santo Onofre, atravessa a cidade pra ir na Upa e chega lá não é atendido, porque 2, 3 horas de tolerância até num hospital particular você tem que aguardar. O que não dá é os médicos fazendo operação tartaruga e me dizerem assim: *“Estamos fazendo, porque o município parou de fazer hora extra.”* Se o cara não quer trabalhar; então pegue o chapéu e vá embora, porque afinal de contas o município contratou os médicos pra trabalhar. Não posso falar aqui de todos os médicos. Temos ótimos e bons profissionais na área de saúde do nosso município, inclusive que são concursados pelo município de Cascavel, agora os maus que atrapalham os bons; isso nós precisamos fazer uma peneirada, porque afinal de contas o povo não pode pagar a conta do jeito que está pagando, porque em pleno domingo, a pessoa não vai sair da sua casa em pleno domingo se ela não estiver com dor. É preferível ficar com a família, ter um almoço com os amigos do que sair de casa; então isso não dá pra suportar, pra entender. Concedo o aparte pra o vereador Jorge Bocasanta, e na sequência vereador Vanderlei. – Vereador Jorge Bocasanta: Obrigado. Sabe o que? Eu ali no Cascavel Velho, trabalho há muito tempo. Sempre atendi 35, 30 até aparecer. Faltava meia hora pra eu vencer meu horário, não tinha mais ninguém pra atender eu botava meu ponto e saía, pra me descontar, me abriram um processo e quiseram até me demitir. Então não sei. Essa Prefeitura não tem administração. Isso que o João Paulo está falando é verdade. Nós temos que separar quem quer trabalhar e quem não quer trabalhar. Esses dias, fui lá com o Ganso, fomos lá, vimos uma coisa inusitada lá, aquela mulher foi operada, Ganso; tem uns que fingem que atendem. O que falta? Nós não temos secretário e quem não tem secretário não tem prefeito. Isso eu falo e falo pra ele pra todo mundo. Era só isso. Muito obrigado. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: As unidades de saúde vão fechar dia 24 e voltar dia 05 de janeiro, devido o recesso. Então o senhor, junto com a comissão de saúde, me coloco a disposição, precisamos sentar com o secretário de saúde, Reginaldo Andrade, porque no período de 24 de dezembro a 05 de janeiro somente as Upas estarão em funcionamento; então, precisa discutir com o secretário quantos médicos serão ampliados no atendimento, porque toda a população será atendida na Upa do Brasília, do Veneza e as crianças na Upa da Tancredo. Então precisamos com a maior brevidade possível, sentar com a comissão de saúde junto com os demais vereadores e, conversar com o secretário de saúde como serão as escalas neste período de feriados e recessos aqui, no município de Cascavel. – Vereador João Paulo: Perfeito, vereador e nós necessitamos que a secretaria de saúde reveja isso; porque nós já estamos com dificuldade. E fechar as unidades de saúde por 12 dias, será realmente um contratempo ao município e as pessoas que necessitam no seu dia a dia.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Então tem que aumentar o número de médicos nas Upas, tem que solicitar ao secretário que demande mais médicos nas Upas, mas médicos que vão lá e trabalhem. É isso que eu quero, porque é o seguinte: a fiscalização vai continuar sábado, domingo, feriado, de madrugada, porque aqui não tem o horário pra pegar e chegar nas Upas e ajustar esse tipo de situação; porque não vou deixar a população de Cascavel nas mãos. Era o que tinha senhor presidente. Obrigado. – Presidente: Senhores, apenas vereador João Paulo foi o último a se manifestar nesta manhã. Apenas reafirmando, dia 18, quinta-feira, às 14:30 horas é nossa segunda sessão ordinária dessa semana. Na próxima semana, na segunda-feira é nossa última sessão ordinária do ano de 2014, então as emendas podem ser apresentadas até o meio dia, período da manhã de quarta-feira, dia 17. E todos convidados pra nova sessão ordinária na quinta-feira, dia 18. Bom descanso a todos, boa tarde e encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária, às onze horas e cinquenta e sete minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário